



## PECADOS IMPUNES: UMA BREVE ANÁLISE EXEGÉTICA DE ROMANOS 3:25

Jordon Teres de Oliveira Simão

Otávio Antônio da Silva

Clodoaldo Tavares

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo elucidar o assunto do perdão de pecados. Deus, em alguns textos, parece não julgar como deveria. Em Romanos 3:25, por exemplo, é possível interpretar que Ele deixa pecados impunes. A conclusão da pesquisa é que tal interpretação é um erro hermenêutico, não uma contradição real – é um falso problema, resolvido com uma exegese sólida.

**Palavras-Chaves:** Pecado; Justiça; Deus; Perdão; Impunidade.

### ABSTRACT

This research aims to study the forgiveness of sins. God, in some texts, does not seem to judge as He should. In Romans 3:25, for example, it is possible to interpret that He leaves sins unpunished. The conclusion of the research is that such an interpretation is a hermeneutical mistake, not a real contradiction - it is a false problem, solved with solid exegesis.

**Keywords:** Sin; Justice; God; Pardon; Impunity.



## 1 INTRODUÇÃO

Em que sentido Deus mostrou ser Justo através de Jesus nesse período histórico? (Rm 3:25). “Por ter Deus, na sua tolerância deixado pecados impunes anteriormente cometidos” significa que Deus deixa pecados impunes? Existem duas linhas de pensamento. Na primeira, a tolerância de pecados é contrária ao caráter de Deus. Segundo Cranfield (2005, p.87), “Mas para Deus simplesmente tolerar os pecados seria inteiramente incompatível com a sua justiça. Ele não seria o Deus bom e misericordioso que é, se se tivesse contentado com tolerar os pecados indefinidamente; pois isto teria sido perdoar o mal: uma negação da própria natureza de Deus e cruel traição dos pecadores. Deus pôde, de fato, segurar sua mão e tolerar os pecados, sem comprometer a sua bondade e misericórdia, porque o seu propósito foi sempre ocupar-se com eles uma vez por todas, decisiva e definitivamente, e de modo inteiramente adequado, mediante a cruz. Paulo afirma nestes dois versículos que Deus se propôs (desde toda a eternidade) que Cristo fosse sacrifício propiciatório, a fim de que a realidade da justiça de Deus, ou seja, da sua bondade e misericórdia, que seriam postas em dúvida pela sua tolerância dos pecados cometidos até a época desse ato decisivo, fosse estabelecida. ”.

Na segunda linha de pensamento, “Páresis” aparece somente uma vez em todo o Novo Testamento; o seu significado principal não é perdoar, mas sim passar por alto. Paulo ao usar este termo sugere que todo o sistema sacrificial do Antigo Testamento não era suficiente para resolver o problema do pecado, e que todo o rito do santuário era uma provisão intermediária e não conclusiva para o pecado. A redenção realizada por Cristo tem eficácia retrospectiva, bem como prospectiva (CALADO, 2007. p.97).” Essa declaração de Paulo sugere que Deus deixou “pecados impunes” nos tempos do Antigo testamento ao Justificar pessoas, criando assim um impasse sabendo pecado requer a morte do pecador (Rm 6:23; Ez 18:20. Cranfield diz:

Constitui esta breve seção, conforme já foi indicado, o centro e o coração da divisão principal a que ela pertence. Podemos ir mais longe e afirmar que ela é o centro e o coração da totalidade de Romanos 1.16b—15.13. Salienta-se pela nitidez do seu estilo: na leitura, dá a impressão de proclamação solene. Notável, em particular, são o enfático “agora, porém” seguido pelo pretérito perfeito (“foi manifestada”), o pequeno número de verbos finitos especialmente na segunda parte da seção (no grego há apenas um, “destinou”, nos v. 24-26), a repetição impressionante de frases-chave e (no original) o emprego notável de frases proposicionais colocadas uma após outra sem ligação. Salienta-se muito mais, naturalmente, pelo seu conteúdo, pois proclama o fato de que o ato decisivo, uma vez por todas, redentor de Deus, a revelação não só da justiça que é de Deus, mas também da ira de Deus contra o pecado humano, a revelação, uma vez por todas, que é a base da revelação, em progressão, da justiça (1.17) e da ira (1.18) de Deus na pregação do evangelho, agora realizou-se. (CRANFIELD, 2005. p. 77).

O centro verso v.25 de acordo com Cranfield (2005, p.87), “demonstrar sua justiça (isto

era necessário por causa de o passar por alto os pecados passados na paciência de Deus), a fim de, eu digo, demonstrar sua justiça no tempo presente, para que ele fosse justo mesmo ao justificar o homem que crê em Jesus.”

Isto é, “para demonstrar que Deus não foi injusto quando não levou em conta os pecados cometidos nos dias anteriores, no período da Sua tolerância”. A redenção realizada por Cristo tem eficácia retrospectiva, bem como prospectiva. Ele é o “assento da misericórdia” para a humanidade toda — “a propiciação pelos nossos pecados”, como um escritor posterior do Novo Testamento o coloca (usando uma palavra do mesmo tronco de hilastêrion), “e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro” (1 Jo 2:2, RV, AA). Pode-se comparar a descrição das eras anteriores a Cristo como o período da tolerância de Deus, com a proclamação que Paulo fez aos atenienses: “não levou Deus em conta os tempos da ignorância; agora, porém...” (At 17:30, RV, AA). Conquanto o problema de natureza moral aqui tratado talvez não seja tão óbvio para a mente moderna como era para a de Paulo, contudo, não levar em conta o mal praticado é um ato de tanta injustiça da parte de um juiz como o ato de condenar o inocente. (BRUCE, 1979. p.54).

“Paulo se referia às gerações passadas, quando Deus “permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos”(At 14.16), e aos “tempo de ignorancia”, em contraste com a modificação que ocorreu na economia da graça de Deus, quando Ele “agora... notifica aos homens que todos, em toda parte, se arrependam” (At 17.30).(MURRAY, 2003. p.146).

“Nestas gerações passadas, Deus não visitava os homens com uma ira proporcional aos pecados que ele cometiam. Neste sentido, os pecados deles foram deixados de lado ou esquecidos. Esse deixa de lado, entretanto, não pode ser equiparado à remissão dos pecados. Suspensão de penalidade não equivale a perdão. É esta consideração – nas gerações passadas Deus não executava sobre os homens a plena medida de seu desagrado, mas exercia tolerância – que o apóstolo menciona aqui como o motivo que levou Deus a demonstrar sua justiça em Cristo, como propiciação. A tolerância exercida nas épocas passadas tendia a obscurecer, na compreensão dos homens, a inviolabilidade da justiça de Deus. A tolerância estava sujeita a suspensão do julgamento, implicando na revogação e remissão do julgamento.” (MURRAY, 2003. p.146)

O contraponto das duas linhas de pensamento são bases para exegese.

## 2 ANÁLISE EXEGETICA

### 2.1 EVOLUÇÃO DO PROBLEMA

No livro de Romanos 3:25 traz um tema importante e relevante aos cristãos. Em sua declaração Paulo diz: “por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos”. Paulo sugere que Deus deixou “Pecados impunes anteriormente cometidos. Deus deixa pecados impunes? Salário do pecado é a morte (Rm 6:23), A alma que pecar esta morrerá (Ez 18:20), Deus não inocenta o culpado (Ex 34:7). O pecado requer a



morte do pecador.

## 2.2 CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

Destino: “A todos os que estais em Roma, amados de Deus, chamados santos: Graça e paz de Deus nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo” (Rom 1:7). Quando Paulo escreve aos romanos, havia uma grande colônia de judeus em Roma. A igreja era formada por uma comunidade mista de judeus e gentios. Mas, tinha uma forte origem judaica. Após o pentecostes o cristianismo se expandiu em Roma (At 2:10). Todos os caminhos levavam a Roma e com o evangelho estabelecido na Palestina, era inevitável que fosse levado a Roma (BRUCE. p. 14-15).

Paulo provavelmente escreveu Romanos entre 55 e 58 d.C. (tendo a preferir uma data mais próxima de 58), pouco depois da morte de Cláudio. Uma década depois da morte do imperador, e talvez seis anos depois de Paulo escrever essa carta, cristãos das mais diferentes origens étnicas sofreriam juntos em Roma (Tácito, Anais 15.44). O fato de a igreja permanecer vigo-rosa depois de Nero matar centenas de cristãos atesta o quanto o movimento havia crescido. (CRAIG, 2017, p. 515).

## 2.3 CONTEXTO LITERÁRIO

### 2.3.1 Gênero do Texto

O livro é uma epístola. Os caps. 1-3 destacam a acusação de Deus contra a raça humana, composta de judeus e gentios, ambos igualmente culpados. O argumento usado é igual para os dois grupos, pois não viviam à luz do conhecimento que possuíam. Em especial no terceiro capítulo entra em cena a ira de Deus em concordância com sua justiça, pois o pecado não poderia passar sem receber sua devida punição, se assim não fosse Deus não estaria exercendo em totalidade sua justiça (Champlin, 2002, v.3, p. 559).

### 2.3.2 Esboço do Livro

O esboço do Comentário Bíblico Adventista (v.6, p.510 – 511) será utilizado em partes nesta seção.

I. Introdução, 1:1-15.

A. Saudação, 1:1-7.

B. Explicações pessoais, 1:8-15.

II. Exposição doutrinária, 1:16-11:36.

A. A doutrina da justificação pela fé, 1:16-5:21.

1. Justiça alcançada pela fé, 1:16, 17.

2. A necessidade universal da justiça, 1:18-3:20.

21

- a. O fracasso dos gentios, 1:18-32.
  - b. O fracasso dos judeus, 2:1-3:20.
  - 3. Justiça oferecida com Cristo, 3:21-31.
  - 4. Justificação pela fé, uma doutrina do AT, 4:1-25.
  - 5. Os benditos efeitos da justificação, 5:1-11.
  - 6. Os efeitos da justificação contrastados com os resultados da queda de Adão, 5:12-21
- B. A doutrina da santificação pela fé, 6:1-8:39.
- 1. Morte para o pecado e ressurreição para uma nova vida, 6:1-11.
  - 2. Libertação da escravidão da lei e do pecado, 6:12-23.
  - 3. A relação da lei com o pecado, 7:1-13.
  - 4. O conflito entre a carne e o espírito, 7:14-25.
  - 5. A vida cheia do Espírito, 8:1-39.
- C. A eleição de Israel, 9:1-11:36.
- 1. Tristeza de Paulo pela rejeição de Israel, 9:1-5.
  - 2. A justiça da rejeição, 9:6-13.
  - 3. A vontade de Deus não deve ser questionada, 9:14-29.
  - 4. A falta de fé por parte de Israel, causa da rejeição, 9:30-10:21.
  - 5. A restauração definitiva de Israel, 11:1-36.
- III. Aplicação prática da doutrina da justificação pela fé, 12:1-15:13.
- A. O autossacrifício do cristão, 12:1, 2.
  - B. O cristão como membro da igreja, 12:3-8.
  - C. Relação do cristão com os outros, 12:9-21.
  - D. Relação do cristão com o Estado, 13:1-7.
  - E. Uma dívida de amor do cristão, 13:8-10.
  - F. A proximidade da segunda vinda, 13:11-14.
  - G. A necessidade de tolerância mútua entre os cristãos, 14:1—15:13.
- IV. Conclusão, 15:14-16:27.
- A. Explicações pessoais, 15:14-33.
  - B. Saudações a várias pessoas, 16:1-16.
  - C. Advertência contra os falsos mestres, 16:17-20.
  - D. Saudações dos companheiros e do secretário de Paulo, 16:21-23.
  - E. Bênção e doxologia, 16:24-27.

### 2.3.3 Relações do texto com o contexto imediato e amplo

Os caps. 1-3 destacam a acusação de Deus contra a raça humana, composta de judeus e gentios, ambos igualmente culpados. Sabendo que existe um problema e Paulo define a condição humana em pecado, em (Rm 3:9-10) Paulo define a universalidade do “todos pecaram” de acordo com (Rm 6:23) “o salário do pecado é a morte”. Sabendo na condição



que o ser humano esta, concluímos que a solução só pode vir de fora e ela só pode ser recebida pelo ser humano, por meio da “fé”.

Não há ninguém que não esteja sob o poder do pecado e sob sua condenação (Rm 3:19). A lei não salva e não justifica. A finalidade da lei não é justificar nem salvar. “Sem lei” não é “mediante a lei”. Não é por meio do esforço humano de guardar a lei que ele será salvo, mas na justiça salvífica de Deus (Pai) que foi manifestada, sendo ela disponível para o ser humano. É uma justiça testemunhada pela lei e os profetas, o que Paulo está tentando dizer é que o conceito de salvação pela fé já existia no Antigo Testamento – “justiça de Deus” mediante a fé em Jesus Cristo (Rm 3:21-23). O ser humano não tem justiça, ele é pecador, nasce pecador, não há nada que o ser humano possa fazer para se tornar justo diante de Deus.

Em Romanos 3:24, 25, vemos duas metáforas. A primeira está no verso 24 falando sobre o aspecto da redenção: “resgate mediante um preço”. Na época de Paulo os escravos eram comprados, resgatados e colocados em liberdade. A segunda (verso 25) trata das propiciações. Significa o ato de apaziguar, aplacar a ira de alguém, no caso a ira de Deus que, de acordo com Êxodo 34:7, não aceita a desobediência.

A morte de Cristo cumpriu esse proposito de “apaziguar”, de resolver o problema da justiça de Deus. Deus é santo, justo e bom. Em sua santidade, Deus teria que punir o pecador para que a sua justiça fosse satisfeita. A expressão “manifestação da sua justiça no tempo presente” é o ápice do momento histórico do ministério, vida e morte de Jesus Cristo. Justiça é um atributo de Deus e, ao mesmo tempo, é um dom aos homens por meio de Cristo (v. 21, 22).

Em que sentido Deus mostrou ser justo através de Jesus nesse período histórico? Deus deixa pecados impunes? Páresis é uma hapax legomena; o seu significado principal não é “perdoar”, mas sim “passar por alto”. Paulo, ao usar este termo sugere que todo o sistema sacrificial do Antigo Testamento não era suficiente para resolver o problema do pecado, e que todo o rito do santuário era uma provisão intermediária e não conclusiva para o pecado. A redenção realizada por Cristo tem eficácia retrospectiva, bem como prospectiva (CALADO, 2007). Essa declaração de Paulo sugere que Deus deixou “pecados impunes” nos tempos do Antigo Testamento ao justificar pessoas, criando assim um impasse sabendo que o pecado requer a morte do pecador (Rm 6:23; Ez 18:20; Gn 2:17 e Êx 34:7), Deus não poderia perdoar a não ser que sua justiça fosse satisfeita, e a justiça de Deus só foi satisfeita na cruz. Paulo assim declara Deus justo e justificador por meio de Jesus (cf. v. 26).

O termo aqui traduzido por “sacrifício propiciatório” ou “sacrifício de expiação” (NRSV) refere-se ao propiciatório, isto é, à cobertura da arca da aliança (na Septuaginta) Ele era consagrado a Deus por meio da aspersão de sangue a cada ano, no Dia da Expição (Lv 16.14,15). O termo “sangue”, portanto, provavelmente interpreta a morte de Jesus como um sacrifício propiciatório. Alguns textos judaicos antigos usavam a imagem da morte de uma pessoa pela qual a ira de Deus era desviada de Israel (4Aíc 17.22 [veja 4Macabeus no glosário]). (CRAIG, 2017, p. 515).

Na tradição judaica, embora as orações, as esmolas e outras boas obras pudessem desviar a ira (Eo 3.3,20; 32.1-3; Sb 18.20,21), a Lei também exigia o derramamento de sangue: algum ser precisava morrer para apaziguar, adequadamente, a ira divina contra o pecado da pessoa. Deus, de maneira misericordiosa, havia “passado adiante” (Êx 12.13), perdoando os pecados anteriores à cruz, na expectativa do sacrifício que ocorreria ali (é possível comparar esta passagem com a perspectiva rabínica de que o arrependimento adia o juízo até que o Dia da Expição faça propiciação pelo pecado, embora nada na passagem indique que Paulo tenha essa ideia em mente). (CRAIG, 2017, p. 515)

Todas as vezes que Deus justifica no Antigo Testamento, é como se ele estivesse se expondo, como se Deus estivesse sendo injusto. Como pode ele justificar pecadores? (Ex 34:7). Mas, mesmo assim, ele distribuía perdão para Abraão, Davi, Moises etc. Quando Deus faz isso é como se Ele estivesse deixando pecados impunes, isso trouxe uma sombra sobre seu caráter. Não havia pago o preço e já estava usando o produto, mas “no tempo presente” (Rm 3:26) a justiça como atributo agora fica visivelmente disponível a quem quiser e clara a todo o universo. Deus pode justificar e ao fazê-lo Ele é justo. É por meio da cruz que nós somos justificados, mas é também por meio dela que Deus é justificado, no sentido de anular universalmente a calúnia de Satanás. Na cruz Deus adquire o direito de salvar o pecador. Então, Deus agiu de modo correto.

### 2.3.4 Análise Gramatical de Sentenças e Palavras importantes

A palavra *hilasterion* tem sido de vital importância para a compreensão do texto, o substantivo neutro acusativo singular comum, segundo Strong (2002, p.2435) significa obter aplacamento ou poder expiador, usado para referir-se a cobertura da arca da aliança no Santo dos Santos, aspergida com o sangue da vítima expiatória no dia anual de expiação. Este rito significava que a vida do povo, a perda merecida por causa de seus pecados, (era oferecida a Deus através do sangue da vítima, e que Deus por esta cerimônia era apaziguado, e os pecados do povo expiados); por isso a tampa da expiação – o propiciatório. Neste sentido o próprio Jesus seria o propiciatório onde Deus e os pecadores seriam reconciliados.

### 2.3.5 Estudo do uso de palavras

*Farás também um propiciatório de ouro puro; de dois côvados e meio será o seu comprimento, e a largura, de um côvado e meio. (Exod. 25:17 ARA)*

Do gr. *protithêmi*. Este verbo grego traz dois significados associados. Um significado possível é “expor à vista” (comparar com “pães da proposição”, em Mc 2:26). O segundo significado possível, derivado da ideia de criar alguma coisa antes, é “determinar um propósito”, “decretar”, “determinar sua finalidade”. A mesma palavra é traduzida como “propor” (Rm 1:13). O último sentido concordaria com o ensino de Paulo (cf. Ef 3:11; 2Tm 1:9), mas o contexto parece indicar que a exposição pública do sacrifício de Cristo é o ponto a ser



ênfatizado neste versículo. Comparar “ante cujos olhos foi Jesus Cristo exposto como crucificado” (G1 3:1) e “do modo por que Moisés levantou a serpente no deserto, assim importa que o Filho do homem seja levantado” (Jo 3:14); (COMENTÁRIO BÍBLICO ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA, 2014, v.2, p.552).

O propiciatório dourado sobre a arca tinha em cada extremidade um querubim, cujas asas cobriam a arca. Uma vez por ano, no Dia da Expição, era permitido ao sumo sacerdote entrar no Santo dos Santos, onde ele aspergia o sangue dos sacrifícios sobre o propiciatório (Lv 16). Com isso, era realizada a expiação pelos pecados de Israel durante mais um ano (vv. 29-34). O cumprimento desse tipo deu-se quando Jesus Cristo morreu, de uma vez por todas, por todos os pecados do mundo e tirou todo o pecado ao entregar a si mesmo como sacrifício (Hb 9:11 - 10:14). (WIERSBE, 2001, p.305).

*“e ele é a propiciação pelos nossos pecados e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro” (1 Jo. 2:2 ARA)*

Ele não somente defende a nossa causa; ele próprio é, em virtude de sua vida sacrificada na morte (1.7), a propiciação pelos nossos pecados, o que restaura a comunhão (v. comentário de 1.7). A morte de Cristo, de uma forma que foi prefigurada pelo sacrifício pelos pecados mencionado em Lv 4, quebra a barreira que o pecado erigiu entre Deus e o homem, mas também pelos pecados de todo o mundo\ “pelos pecados” não está explícito no original, mas provavelmente esteja implícito. de todo o mundo: A vida para o mundo por meio da apropriação individual de Cristo na sua morte é ensinada em Jo 6.51. Cf. Mc 10.45; Jo 1.29; 3.16; 4.42; 11.51,52. Deus ama o mundo todo, e Cristo morreu por sua causa; (BRUCE, F. F., 2008, p.2189).

*Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados. (1 Jo. 4:10 ARA)*

Deus se envolve na ruína do homem e sofre a desgraça e a dor dele! A propiciação (v. comentário de 2.2) foi oferecida por ele mesmo, e isso ao enviar seu Filho (o sofrimento voluntário do Pai é manifesto de forma tão verdadeira quanto a do Filho; Gn 22.2; Rm 8.32), para que nós, apesar de todos os nossos pecados — sendo rebeldes, como também indignos — pudéssemos receber o dom supremo da vida. Isso é amor (BRUCE, F. F., 2008, p.2198).

### 3 ANÁLISE TEOLÓGICA

Na hamartiologia crê-se que o salário do pecado é a morte (Rm 6:23). A alma que pecar esta morrerá (Ez 18:20). Deus não inocenta o culpado (Ex 34:7). Tendo base em tais textos, conclui-se que o pecado requer a morte do pecador (Rm 3:25). Aparentemente subentende-se que “deixou pecados impunes”. Deus perdoou os pecados no passado olhando para a obra que Cristo faria depois ou simplesmente os ignorou, sabendo que a morte de Cristo trataria do problema do pecado? Qualquer que seja a resposta, o resultado é o mesmo. O

pecado humano (passado, presente e futuro) é tratado pelo sacrifício de Cristo.

Deus colocou Jesus para fora ‘, a forma como um sacerdote no templo iria colocar os pães da proposição sobre o altar (Levítico 24: 8, e em outros lugares). Paulo combina isso com a palavra especial que se refere a uma peça de mobiliário Temple, em especial: o “propiciatório”, o “lugar de misericórdia ‘, onde, entre os anjos esculpidos, Deus iria se encontrar com o seu povo em graça e perdão. Em vez do Templo e seu simbolismo, Paulo está dizendo, de que Jesus é agora o lugar onde , e também o meio pelo qual , o Deus de Israel reuniu-se com o seu povo e perdoado seus pecados. A terceira ideia é dramaticamente combinado com esses outros dois: o perdão é efectuado através do sangue de Jesus. Sua morte sacrificial é o cerne do plano salvífico de Deus. (THOMAS, N. W, 2019, p.985)

Se isso nos permite arrumar a pilha de idéias na primeira frase do versículo 25, que sobre o segundo? Deus, diz Paulo, tinha passado sobre os pecados cometidos anteriormente, e agora estava demonstrando a sua justiça em relação a esse ato. Como disse no início do capítulo 2, Deus tem sido bondoso e tolerante, paciente com os pecadores persistentes, dando-lhes uma chance de se arrepender. (THOMAS, N. W, 2019, p.985)

Isso pode ter olhado como fraqueza, ou poderia ter dado a ideia de que Deus não, afinal, nos preocupamos muito com o pecado. Nada poderia estar mais longe da verdade. Deus foi obrigado, em virtude de ser criador e juiz do mundo, para agir de forma decisiva com o pecado, o que significa, para puni-lo. Aqui descobrimos um novo significado na ideia do “lugar de misericórdia” na frase anterior. A mesma raiz também se refere a um sacrifício “propiciatório”, isto é, uma que não só purifica as pessoas do pecado, mas também se afasta a ira de Deus que de outra forma justamente cair sobre o pecador. (THOMAS, N. W, 2019, p.985)

Esse grande sacrifício não foi feito em segredo. Deus publicamente exibiu seu filho no Calvário para que todos o vissem. propiciação. Essa palavra, crucial para o significado do sacrifício de Cristo, carrega a ideia de apaziguamento ou satisfação. Nesse caso, a morte violenta de Cristo satisfaz a santidade ofendida e a ira de Deus contra aqueles por quem Cristo morreu (Isaías 53:11; Colossenses 2:11-14). O equivalente hebraico dessa palavra foi usado para descrever o propiciatório, a tampa da arca da aliança, onde o sumo sacerdote fazia a aspersão do sangue do animal sacrificado no Dia da Expição, a fim de expiar os pecados do povo. Nas religiões pagãs, é o adorador, e não Deus, o responsável por apaziguar a deidade ofendida. Porém, na realidade, o homem é incapaz de satisfazer a justiça de Deus, fazendo-o apenas por intermédio de Cristo, exceto ao passar a eternidade no inferno. Cf. 1João 2:2. mediante a fé. A justiça de Deus exige que cada pecado e cada pecador sejam punidos. Deus teria sido justo caso destruísse Adão e Eva, e, com eles, toda a raça humana, após terem pecado. Porém, em sua bondade e tolerância (ver 2:4), Deus suspendeu seu julgamento por certo tempo. (MACARTHUR, J. 2019, p. 2622)

A ideia, portanto, é que Deus enviou Jesus Cristo como hilasterion “no tempo presente” (Rm 3:26<sup>a</sup>), o momento histórico da morte de Jesus, como finalidade de demonstrar sua justiça visto que, em sua “tolerância” (anoche), ele “passou por alto” (paresis) os pecados



anteriormente cometidos (Rm 3:25) Para Paulo, ao assim fazer, Deus criou um problema legal para si mesmo, por um Deus justo não pode simplesmente “inocentar o culpado” (Ex 34:7; ver Dt 25:1). Se o faz, ele pode legitimamente se acusado de conivência com o mal, o que seria uma negação de sua própria natureza. Mas, como exatamente foi que Deus passou por alto os pecados passados? De acordo com a interpretação tradicional, que remota a Aselmo de Canterbury, no século 11, Deus passou por alto os pecados ao não puni-los. Não obstante, parece que há um problema aqui, pois como demonstraria a cruz a justiça de Deus em Relação aos pecados cometidos anteriormente e não punidos? Ao menos que Paulo esteja se referindo àqueles que foram justificados por Deus, o argumento não faz sentido. Temos apenas que nos lembrar que 1) pecados não punidos hoje mais do que eram anteriormente. 2) todos os pecadores dos tempos do AT mais cedo ou mais tarde vieram a morrer. O que de certa forma poderia significar que eles foram verdadeiramente punidos; e 3) nos tempos do AT, Deus nem sempre deixou pecados impunes; como o próprio Paulo deixa bem claro (Rm 1:24-32; ver 5:12-14; 6:23, 7:13). (PAROSCHI, W. 2018, p.104 e 105)

O Apostolo, em vista disso, parece ter em mente aqueles pecadores arrependidos que foram justificados por Deus antes da Cruz. Evidência disso, além de endeixis, é a conexão da justiça de Deus com o seu direito de justificar os Romanos 3:26 (“para Ele mesmo ser justo e justificador”, ênfase acrescentada). A ideia, por conseguinte, não simplesmente que Deus revele a punição dos pecados quando ele deveria tê-la imposto, mas que ele passou por alto tais pecados ao justificar, sem respaldo legal por assim dizer, aqueles que os cometeram (ver Hb 10:4). Esse foi o caso, por exemplo de Abraão e Davi (ver Rm 4:1-8). Ao perdoar pecados em uma época em que o sangue propiciatório ainda não havia sido derramado (ver Hb:15), Deus criou um problema para si mesmo, colocando seu próprio caráter em jogo e suscitando sérias dúvidas quanto a sua justiça (Sl 9:8; Is 5:16). (PAROSCHI, W. 2018, p.104 e 105)

Assim, se a intenção de Deus ao apresentar Jesus Cristo como hilasterion foi demonstrar sua justiça, a fim de que “no tempo presente” ele possa ser “justo e justificado” daqueles que creem em Jesus (Rm 3:26), isso parece implicar que no período anterior à cruz ele teria sido apenas uma dessas duas coisas – apenas justificador, sugerindo que ele não era justo quando agia como tal. A noção de Deus não agindo como justiça, ou não sendo justo, parece soar como blasfêmia, mas este é exatamente o significado das palavras de Paula nesta passagem. Ele está usando linguagem forense para descrever as implicações da maneira como Deus lidou com os pecados no passado, e, por extensão, no presente também, pois não há dúvida de que o pecado é quem tem que prestar contas por ele, pois talvez nada haja que contradiga mais sua santidade e justiça que seu ato de justificar o ímpio (Rm 4:5). Mas, a Bíblia deixa claro que Deus também é misericórdia, e a tensão entre misericórdia e justiça foi resolvida pela cruz (Rm 5:6-11) (PAROSCHI, W. 2018, p.104 e 105).

Em face desta pecaminosidade universal, a justificação é gratuita ou pela graça (24). Cristo é uma propiciação proposta por Deus. A fé é o meio. O sangue de Cristo é o preço aceito, na paciência divina, em virtude do qual os pecados do homem, anteriormente co-

metidos, são esquecidos. Paulo expressa a base da justiça em duas frases significativas: mediante a redenção que há em Cristo Jesus (v. 24) e propiciação mediante a fé no seu sangue. O grego *apolytrosis* significa “libertação efetuada com o pagamento do resgate”, daí redenção, emancipação ou livramento. A palavra para propiciação, *hilasterion*, é o neutro de um adjetivo derivado do verbo *hilaskomai*, que tem três sentidos: aplacar, conciliar ou apaziguar alguém; ser propício ou misericordioso; ou fazer propiciação por. O Novo Testamento usa as duas últimas traduções (ver Lc 18.13 e 1Jo 2.2). A idéia não é de conciliação de um Deus zangado por causa da humanidade pecadora, mas é de expiação do pecado por um Deus misericordioso mediante a morte expiatória do Seu Filho. Não exclui necessariamente, porém, a realidade de ira justa por causa do pecado. Cristo é, portanto, o meio de satisfação pelo pecado, que é efetuada por Sua morte, o sangue significando o princípio de vida sacrificada. (cf. Gn Romanos (Novo Comentário da Bíblia) 24 9.4; Lv 17.11; Dt 12.23). Daí a expressão da ARA: “no seu sangue (mediante a fé)” ser preferível à da ARC pela fé no seu sangue. A justificação em tais bases, nada tem a ver com o esforço moral do homem, nem com o seu mérito espiritual. É concedida gratuitamente, por Sua graça (24). Noutras palavras, somos declarados inocentes em troca de nada, sem preço, e só em virtude do amor imerecido de Deus para com os pecadores. Por causa deste novo método de ajustamento com Deus, os pecados dos homens no passado foram esquecidos, e os do presente têm seu castigo adiado, tudo em perfeita justiça da parte de Deus. (THOMAS, N. W, 2019, p.23).

Romanos 3:21-31, então, expõe esta revelação da fidelidade divina à aliança. A ênfase central da passagem, eu sugiro, não reside na fé/fidelidade humana, a qual, no lugar das obras-da-Torah, se torna a marca da inclusão na aliança, mas na fidelidade do Messias, Jesus, como o meio pelo qual a fidelidade à aliança por parte do criador é realizada (WRIGHT. N. T. 1995, p.7).

A maneira de expor este tema duplo é totalmente judaica. O momento supremo quando o deus da aliança agiu para libertar seu povo, por causa das promessas da aliança, foi o êxodo. Paulo se refere diretamente a isto ao dizer que pessoas são justificadas (isto é, são reconhecidas como pertencendo ao povo de deus) “através da redenção que há em Cristo Jesus”. “Redenção”, é claro, evoca a metáfora do mercado de escravos, mas isto apenas na superfície do significado da palavra. Muito mais fundamental, para um judeu, foi o histórico mercado de escravos do Egito, do qual o deus de Israel o libertou. Agora, Paulo declara, aconteceu um novo êxodo, no qual o mesmo deus revelou toda a profundidade da fidelidade à aliança. A aliança foi estabelecida para lidar com o mal, e isto foi cumprido em Cristo o *hilasterion* (“propiciação”). Como discussões judaicas regulares da justiça divina incluíam o tema da tolerância divina, assim a exposição de Paulo aqui mostra o deus da aliança como esperando pacientemente, não punindo o pecado como este merecia (cf. 2:1-6). Ao lado do significado fundamental relativo à aliança da complexa *dikaio syne theou* inteira, há, é claro, a metáfora de segunda ordem de uma corte de justiça, não menos derivada da imagem do justo juiz das Escrituras Hebraicas: o juiz deve decidir o caso de acordo com a lei, deve ser imparcial, deve punir o pecado e deve vindicar os desamparados. Rom 1:18-3:8 fez parecer



que o criador estivesse frente a uma tarefa impossível: estas várias exigências são, aparentemente, mutuamente exclusivas. Rom 3:24-26 sustenta que em Cristo o aparentemente impossível foi alcançado (WRIGHT. N. T. 1995, p.7)

Dois importantes resultados, um exegético e um teológico, seguem disto. Primeiro, embora eu pense ser muito possível que nesta passagem Paulo esteja usando tradições anteriores, a principal razão dada pela erudição moderna para esta sugestão deve ser abandonada. Se havia um topos pré-Paulino judaico-cristão sobre a aliança se realizando em Cristo, Paulo não está se opondo a ela. Ele a está afirmando. A natureza compacta da passagem se deve mais, eu sugiro, ao fato de Paulo ter imposto uma limitação autorestringente neste ponto. A força principal da carta não está, neste sentido, numa exposição do significado da morte de Jesus, daquilo que chamaríamos de uma teologia da expiação, Paulo se contenta em se referir brevemente ao que foi alcançado na cruz, e segue adiante (WRIGHT. N. T. 1995, p.8)

Segundo, a “justiça” (fidelidade à aliança) divina enfaticamente não é a mesma “justiça” que seres humanos têm quando são declarados membros da aliança. Esta idéia, a despeito de muitas vezes evocar o contexto “forense” da linguagem, falha no entendimento do que tal contexto forense significa. Na corte de justiça hebraica, o juiz não dá, concede, imputa nem transfere “sua própria justiça” ao réu. Isso significaria que se considerou que o réu conduziu o caso imparcialmente, de acordo com a lei, puniu o pecado e vindicou os inocentes indefesos. “Justificação”, é claro, não significa nada disto. “Justiça” não é uma qualidade ou substância que pode ser assim passada ou transferida do juiz para o réu. A justiça do juiz é o próprio caráter, status e atividade do juiz e demonstrada nessas várias coisas. A justiça dos réus é o status que eles possuem quando a corte se decidiu em seu favor. Nada mais, nada menos. Quando traduzimos estas categorias forenses de volta em seu contexto teológico, o da aliança, o ponto permanece fundamental: fidelidade divina à aliança não é a mesma coisa que participação na aliança. O fato da mesma palavra (*dikaiosisynē*) ser usada para ambas as idéias indica o relacionamento recíproco e próximo entre elas, não sua igualdade. (WRIGHT. N. T. 1995, p.8)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi esclarecer a frase “por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos”, à luz das Escrituras, tendo como metodologia um estudo exegético. A primeira parte teve uma visão geral do livro de Romanos. Na segunda parte houve uma análise linguística, com investigação do contexto imediato e amplo.

Deus deixou pecados impunes? Não. Conclui-se que todas as vezes que Deus justifica nos tempo do Antigo Testamento é como se ele estivesse se expondo, como se Deus estivesse sendo injusto. Quando Deus faz isso é como se Deus estivesse deixando pecados impunes, isso trouxe uma sombra, sobre seu caráter de Deus, não havia pago o preço e já estava usando o produto, mas, “no tempo presente” (Rm 3:26), a justiça como atributo agora



fica visivelmente clara a quem quiser e a todo o universo. Deus pode justificar e ao fazê-lo Ele é justo. É por meio da cruz que nós somos justificados, mas é por meio da cruz também que Deus do mesmo modo é justificado. Na cruz, Deus adquire o direito de salvar o pecador. Por causa da cruz, todas as vezes que Deus justificava pessoas no Antigo Testamento, Ele estava correto. A cruz garante a justificação pretérita e futura da humanidade.

O propósito de Deus na exposição pública do sacrifício de Cristo foi “demonstrar a Sua justiça”. E essa declaração pública da justiça de Deus não foi apenas para o benefício da humanidade, mas para todo o universo, para que as questões do grande conflito fossem entendidas por todos tentados a duvidar da perfeição do caráter de Deus (cf. DTN, 626, 758, 759), (COMENTÁRIO BÍBLICO ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA, 2014, v.2, p.552).

### BIBLIOGRAFIA

BRUCE, F. F. Comentário Bíblico NVI : Antigo e Novo Testamento / editor geral F. F. Bruce; tradução: Valdemar Kroker. — São Paulo : Editora Vida, 2008.

BRUCE. F. F. Romanos: Introdução e Comentário. Ed. 1. São Paulo: Vida nova, 1979.

CALADO, P. A JUSTIÇA DE DEUS: Um estudo exegético de Rm 3.21-26. Kerigma, Engenheiro Coelho, p.97, dez. 2007.

CHAMPLIN, R, N. O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo. ed. rev. São Paulo: Agnos, 1995. v.3. Atos/Romanos.

COMENTÁRIO Bíblico Adventista: a Bíblia sagrada com o comentário exegético. 1. ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2014. (Logos, 6).

CRANFIELD, C. E. B. Comentário de Romanos Versículo por Versículo; Tradução Acaceto Alvarez. Ed. 2. São Paulo: Vida Nova, 2005.

JOHN, M. Comentário Bíblico Fiel: Romanos. Ed. 1. São Paulo: Editora Fiel, 2003.

KEENER, CRAIG S. Comentário histórico-cultural da Bíblia: Novo Testamento. Tradução José Gabriel Said. São Paulo: Vida Nova, 2017

MACARTHUR, J. Comentário Bíblico: desvendando a verdade de Deus, versículo a versículo; Tradução Eduardo Mano. Ed. 1. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019.

PAROSCHI, W. Romanos: estudos introdutórios à justiça pela fé. Ed. 1. São Paulo: Unaspress, 2018.

STOTT J. A Mensagem de Romanos; Tradução Silêda e Marcos D. S. Steuernagel. Ed. 1 São Paulo: ABU, 2000.

STRONG J. In: Dicionário Bíblico Strong: Léxico Hebraico, Aramaico e Grego. Ed. São Paulo: Sociedade Bíblica Brasileira, 2002, p.1418.

THOMAS, N. W. Comentario do Novo Testamento. Ed. 1. São Paulo: Vida Nova, 2019.

WIERSBE, W, W. Comentário Bíblico Expositivo: Novo Testamento. Traduzido por Susana E. Klassen. 1. ed. São Paulo: Geográfica editora, 2006, v.2.



WRIGHT. N. T. Romanos e a Teologia de Paulo. Volume III, ed. David M. Hay & E. Elizabeth Johnson, Minneapolis: Fortress, 1995.